



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000001-04.2002.8.17.0830(0247490-8)
COMARCA : JOÃO ALFREDO – VARA ÚNICA
APELANTE : JORGE DA SILVA SERAFIM
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR CONVOCADO : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
REVISOR : DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO(ART.121, §2º, II, DO CP). CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. ART. 593, III, "D", DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. INOCORRÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU POR VERSÃO TRAZIDA A JÚRI QUE ENCONTRA AMPARO EM PROVA DOS AUTOS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXACERBAÇÃO. ELEMENTOS DO TIPO CONSIDERADOS COMO CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. INVIABILIDADE. DIMINUIÇÃO DA PENA DE 18(DEZOITO) ANOS DE RECLUSÃO PARA 16(DEZESSEIS) ANOS DE RECLUSÃO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Ao condenar o réu acatando a tese da acusação, os jurados optaram por uma das versões trazidas a Júri. Os jurados julgam por íntima convicção, podendo optar por uma das versões trazidas a Plenário, desde que a tese escolhida encontre arrimo em elementos de prova constantes do processo, que se mostrem plausíveis. In casu, as provas colhidas em sede policial e em juízo, incluindo os depoimentos dos acusados e das testemunhas, permitem a conclusão a que chegou o corpo de jurados.

II- A fixação de pena-base muito além do mínimo legal(18 anos) para um homicídio tipificado no art.121, §2º, II, do CP, sem fundamentação adequada, ofende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Sendo três as circunstâncias judiciais valoradas negativamente ao réu, deve ser diminuída a pena-base aplicada ao apelante de 18(dezoito) anos de reclusão para 16(dezesesseis) anos de reclusão, que torna-se definitiva na ausência de agravantes e/ou atenuantes e causas de aumento e/ou diminuição.

III- Apelo parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0000001-04.2002.8.17.0830(0247490-8)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 24 de 09 de 2013 .

JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000001-04.2002.8.17.0830(0247490-8)
COMARCA : JOÃO ALFREDO – VARA ÚNICA
APELANTE : JORGE DA SILVA SERAFIM
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
CONVOCADO
PROCURADORA : SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação criminal interposto por **JORGE DA SILVA SERAFIM**, inconformado com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de João Alfredoque, que nos autos do processo crime nº 0000001-04.2002.8.17.0830 o condenou nos termos do artigo 121, §2º, II, do Código Penal Brasileiro à pena de 18(dezoito) anos de reclusão.

Em razões recursais às fls.334/342, a defesa aduz que o *decisum* condenatório deve ser anulado, sob a alegação de que contrariou manifestamente as provas coligidas aos autos, e que o réu deve ser submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri. Alega que o conjunto probatório não está apto a embasar a condenação e que as testemunhas de defesa indicam que o corréu cometeu o crime sozinho.

Alternativamente, questiona o *quantum* da pena aplicado, que considera exacerbado, requerendo a realização de nova dosimetria penal para fixá-lo no mínimo legal.

O *Parquet* apresentou contrarrazões às fls.350/358, pugnando pelo desprovemento do apelo defensivo e pela manutenção, na íntegra, da sentença vergastada.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Procuradora Sueli Gonçalves de Almeida, ofertou parecer às fls. 361/364, opinando pelo improcedência ao recurso de apelação, mantendo-se a decisão combatida.

É o relatório. À douta revisão,

Recife, 26 de setembro de 2012.

JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000001-04.2002.8.17.0830(0247490-8)
COMARCA : JOÃO ALFREDO – VARA ÚNICA
APELANTE : JORGE DA SILVA SERAFIM
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
CONVOCADO
PROCURADORA : SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

VOTO

Insurge-se o apelante **JORGE DA SILVA SERAFIM**, contra a sentença que, com base no veredicto do Tribunal do Júri da Comarca de João Alfredo, o condenou pelo crime tipificado no artigo art.121, §2º, II, do Código Penal, à pena de 18(dezoito) anos de reclusão.

Requer a defesa a submissão do réu a novo julgamento perante o Tribunal do Júri, aduzindo que a decisão do Conselho de Sentença contrariou manifestamente a prova dos autos ao condenar o apelante. Ressalta que as testemunhas de defesa afirmam que o corréu Alexandre Valentin agiu sozinho.

Alternativamente, pugna a defesa pela reforma da dosimetria penal para que a pena-base seja fixada no mínimo legal, uma vez que sua exacerbação foi fundamentada de forma genérica.

Pois bem.

Narra a peça acusatória, às fls. 02/04, que no dia 04/08/2002, por volta das 19h, na localidade denominada de Sítio Passos do Manso, os acusados Jorge da Silva Serafim, ora apelante e Alexandre Valentin, desferiram vários golpes de arma branca no Sr. José Tavares de Moura Irmão, conhecido como "Ito", que veio a falecer em decorrência desses ferimentos.

Inicialmente o desentendimento entre a vítima e os acusados ocorreu na barraca do Sr. José ferreira Filho, quando então este senhor, observando que os acusados apresentavam disposição violenta para com a vítima, pediu que todos fosse embora, no que foi atendido.

Momentos depois, a vítima dirige-se para a barraca do Sr. Benedito Antônio da Silva e, quando se encontrava em seu interior, chegam os acusados e passam às vias de fato, desferindo-lhe golpes de faca. A vítima

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

ainda conseguiu correr, porém caiu em razão dos ferimentos, ocasião em que os réus ainda lhe desferiram mais facadas.

A alegação de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos não procede.

Os jurados decidem por íntima convicção, sem a necessidade de justificativas, podendo optar por uma das versões trazidas a Plenário, desde que a tese escolhida encontre arrimo em algum dos elementos de prova constantes do processo. No caso em tela, compulsando os autos, verifico que a materialidade é inconteste, conforme o Auto de Exame Cadavérico, às fls.11. Quanto à autoria delitiva, os jurados acataram a tese da acusação, que aponta o apelante como autor do delito que lhe foi imputado na denúncia.

De fato, a prova testemunhal colhida em sede policial e em juízo, permite a conclusão a que chegou o corpo de jurados.

Em juízo, às fls.56, a testemunha José ferreira Filho, afirmou que:

"[...]no dia do fato delituoso se encontrava em sua bodega, que se chama "Barraca de Dudé" e que a vítima e os acusados depois de participarem de um bingo na cidade chegaram lá na bodega dele, por volta das 19:00hs[...];[...]que o depoente notou que havia um fuxico entre Alexandre e Jorge, direcionado à lto, vítima nestes autos;Que a pessoa da vítima já tinha bebido um pouco e começou a importunar outros visitantes da bodega, ocasião em que o depoente lhe pediu para que pagasse a conta e fosse embora para casa, tendo ele obedecido, pagando a conta ao filho do depoente, só que ao invés de ir embora, ele foi para o bar do Benedito:[...];Que acredita que num espaço de uma meia hora os acusados saíram da sua bodega e foram para a bodega do Benedito; Que passado algum tempo, e ainda existindo pessoas na sua bodega, estas viram o indivíduo correndo a uns cinqüenta metros da sua bodega e se jogando no matagal, e diante disso o seu filho foi com uma vela ver o que tinha ocorrido, e constatou que era a pessoa da vítima que já se apresentava sem vida no matagal; Que então o depoente foi até a venda de seu Benedito para saber o que tinha ocorrido, tendo este lhe dito que Jorge e Alexandre, acusados dos autos, tinham furado a pessoa da vítima, e que a vítima não deu para tomar o que tinha pedido, que era um copo de dreher com uma coca-cola, porque os acusados chegaram e de ímpeto já foram esfaqueando a vítima e que depois correram".

Em juízo, às fls.57, Ediberto Mariano da Silva, testemunha ocular dos fatos, contou que:

2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

"[...]no dia do fato delituoso, foi comprar uma carteira de cigarro na bodega de seu Benedito e lá chegando encontrou-se com a vítima e os acusados; Que eles estavam de pé e que apenas a vítima estava bebendo coca-cola e então ele nesta oportunidade chamou os acusados para ir ao funeral do marido de sua tia, que se chamava Sebastião, tendo a pessoa de Jorge feito o gesto de "espera aí"; Que logo em seguida a pessoa de Jorge, primeiro acusado, deu uma facada próxima ao pescoço da vítima e logo em seguida Alexandre desferiu outra facada na parte da frente do tórax da vítima, tendo visto a cena, pediu que eles não fizessem mais aquilo; Que nesta ocasião a vítima aproveitou e pulou um murinho, tendo caído ao chão, onde os acusados aproveitaram e desferiram mais facadas; Que a vítima conseguiu desvencilhar-se e sair correndo, caindo no mato próximo à casa de Dudé, enquanto os acusados fugiram de imediato".

Durante a instrução criminal, às fls.57/58, a testemunha Benedito Antônio da Silva, informou:

"[...]que no dia do fato delituoso estava na sua barraca quando então chegou a pessoa de Ito, pediu uma dreher e uma coca; Que ele depois de despachar a vítima, foi arrumar umas linguças na freezer porque já estava fechando, quando avistou os acusados, e que viu os acusados no momento da cena criminosa, ou seja, quando a vítima já tinha atravessado o murinho e que já estava no chão e os acusados investindo na vítima; Que acreditava o depoente que eram murros, mas depois ficou sabendo que eram facadas;[...]Que não houve nenhum tipo de discussão antes dos atos executórios".

Como demonstrado, os depoimentos das testemunhas de acusação são firmes e coerentes ao apontar os réus como autores do delito. Estes, por sua vez, apresentaram versões inverossímeis para o ocorrido, ao mesmo tempo em que tentaram livrar-se da imputação acusando um ao outro pela prática do crime.

Em juízo, às fls.86/87, o réu Alexandre Valentin declarou que:

"[...]não é verdadeira a acusação que lhe é feita;[...]que acha que foi Jorge quem furou, que não viu quando Jorge furou; Que não viu quando Jorge puxou a faca; Que não viu José Tavares armado; Que não havia faca com ele declarante".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

O apelante Jorge, por sua vez, ouvido em juízo (fls. 142/143), afirmou que:

"[...]Alexandre Valentin foi quem furou a vítima; [...]Que tinha visto Alexandre com a faca "nos quartos"; [...]Que Alexandre Valentin, após a prisão do interrogando, procurou o pai do interrogando e disse que o interrogando não tem nada a ver com o crime que aconteceu e se for chamado pela Justiça, está disposto a comparecer para esclarecer o fato".

Realizada acareação (fls. 166) entre os acusados, ao contrário do que afirmou o apelante, Alexandre Valentin corroborou seu depoimento em juízo ressaltando que:

"[...]confirma o depoimento anterior, uma vez que não furou a vítima; [...]Que confirma que acha que foi Jorge, porém reafirma que não viu Jorge furando nem portando a faca".

Assim, não há que se falar em cassação do veredicto do Tribunal Popular. Não há qualquer irregularidade na decisão do Conselho de Sentença. Nesse sentido é o entendimento dessa E. Corte de Justiça, consoante os seguintes julgados:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. INTERPOSIÇÃO FUNDADA NO ART. 593, III, "D" DO CPP. DECISÃO DO JÚRI NÃO DISSOCIADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE DA ACUSAÇÃO. RESPEITO À SOBERANIA DO VEREDICTO DO JÚRI. - À UNANIMIDADE DE VOTOS FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Interposta a apelação com fundamento na alínea "d" do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal, decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, só se admite anulação do julgamento quando a decisão é arbitrária, divergindo integralmente das provas apuradas no processo. 2. Se a tese proposta pela acusação, acolhida pelo Conselho de Sentença, encontra amparo no conjunto probatório contido nos autos, deve prevalecer a soberania dos veredictos, não sendo possível anular o julgamento proferido no Tribunal do Júri. (TJPE - Ap. Crim. nº 144704-3, 4ª Câmara Criminal,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

rel. Des. Marco Antonio Cabral Maggi, julgado em 10/05/2007)

Penal e Processual Penal. Homicídio qualificado e lesão corporal. Julgamento pelo Júri. Condenação. Decisão coerente com o acervo probatório reunido nos autos. Apelação. Pugna pela reforma do decreto condenatório, sob o argumento de que a decisão teria afrontado as provas dos autos (artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Ritos), haja vista que o crime cometido foi o de homicídio privilegiado, devendo ser renovado o julgamento pelo Tribunal do Júri. Inadmissibilidade. **Somente quando a decisão do Júri apresenta divergência manifesta com a prova contida no processo é que cabe determinar a renovação do julgamento. Não verificada a hipótese, é de ser rejeitada a pretensão.** Incidência das qualificadoras do motivo fútil, seja por qualquer dos dois prismas (ciúme ou embriaguez) e da surpresa - recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. Improvimento do apelo. Decisão unânime. (TJPE - Ap. Crim. nº 134960-8, 2ª Câmara Criminal, rel. Des. Helena Caúla Reis - julgado em 25/07/2006).

Dessa forma, a análise dos autos torna evidente a total adequação entre o conjunto probatório e a decisão dos jurados, não havendo qualquer irregularidade a ser sanada.

Observo, contudo, que merece reforma a sentença no que tange à dosimetria penal. A fixação de pena-base muito além do mínimo legal (18 anos) para um homicídio tipificado no art. 121, §2º, II, do CP, sem fundamentação adequada, ofende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Nesse sentido, trago a lume os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS E
FORMAÇÃO DE QUADRILHA. SENTENÇA CONDENATÓRIA.
FIXAÇÃO DA REPRIMENDA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO.
NULIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE HÁ
CONDENAÇÕES COM TRÂNSITO EM JULGADO. CIRCUNSTÂNCIAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

INERENTES AO TIPO PENAL. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO CÓDIGO PENAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. O art. 93, IX, da Constituição Federal, exige que todas as decisões judiciais sejam fundamentadas, sob pena de nulidade. Impõe-se, por isso, que a fixação da sanção criminal seja concretamente motivada, observados os parâmetros indicados no Código Penal.

2. [...]

3. Os fatos inerentes ao próprio tipo penal não podem servir para justificar a exacerbação da pena.

4. Habeas corpus concedido.

(STJ, HC 95.194/PE, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 04/05/2009, grifos nossos).

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. HOMICÍDIO QUALIFICADO PRIVILEGIADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXACERBAÇÃO. 2. ELEMENTOS DO TIPO CONSIDERADOS COMO CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. INVIABILIDADE. 3. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Para a majoração da pena-base é necessário que se explicita, de modo concreto, os fatos que dão azo à incidência das circunstâncias judiciais.

2. Os elementos inerentes à conduta típica não podem ser considerados para se valorar negativamente as circunstâncias do delito.

3. Ordem parcialmente concedida.

(STJ, HC 54.616/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 19/05/2008, grifos nossos)

O réu foi condenado pelo crime do art. 121, §2º, II, do CP. Houve incidência de apenas uma qualificadora. Esta serve para fixar novo limite abstrato à pena fixada para o acusado, determinando o mínimo e o máximo legal dos quais o juiz iniciará o cálculo da pena. No caso, tratando-se de crime de homicídio, modifica os limites da sanção de 6 a 20 anos para 12 a 30 anos.

Sendo assim, considerando que no caso em questão a pena mínima do apelante seria de 12(doze) anos, podendo ser aumentada após a análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, tem-se que o *quantum* de 18(dezoito) anos estabelecido pela juíza a quo extrapola os limites da razoabilidade.

Em que pese a análise sucinta realizada pela juíza sentenciante das circunstâncias do art. 59 do CP, esta é suficiente para fixar a pena-base do acima do mínimo legal previsto para o tipo, mas não para o *quantum* de 18(dezoito) anos de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Na primeira fase da dosimetria penal, o magistrado sentenciante fixou a pena-base do réu em 18(dezoito) anos de reclusão, analisando as circunstâncias judiciais do art.59 do CP, em trecho que ora transcrevo:

"Culpabilidade: intensa, sendo a conduta do réu altamente reprovável, eis que praticou a ação de forma grave e cruel.

Não há registro de antecedentes nos autos.

A sua conduta social não é boa, tendo fugido após a prática do fato.

Personalidade de reduzido senso ético social, ao que tudo indica.

Motivos: não favorecem o réu.

Circunstâncias: também não favorecem o réu, a vítima não esperava ser morta por ele, tanto que estava sentada preparando-se para tomar a bebida que havia pedido na barraca.

As conseqüências foram graves. Uma vida foi ceifada de {...} violenta. Óbvio que a consecução do crime trouxe danos irreparáveis aos amigos e familiares da vítima.

O comportamento da vítima não deu causa a ação do agente, tendo sido abatida inclusive desarmada.

Assim sendo, fixo a pena-base do réu em 18(dezoito) anos de reclusão".

Ao analisar as referidas circunstâncias judiciais, a magistrada concluiu que houve **culpabilidade** intensa e não menciona **antecedentes** criminais, ressaltando que a **conduta social** do agente não é boa, uma vez que este fugiu após o crime. Conclui que o acusado apresenta **personalidade de** reduzido senso ético social, "ao que tudo indica". Quanto aos **motivos** do crime, diz apenas que "não favorecem o réu", assim como as **circunstâncias** do delito, considerando que a vítima foi surpreendida com a agressão, pois se encontrava sentado aguardando a bebida que havia pedido na barraca. Aduz que as **conseqüências** do crime foram graves, já que "uma vida foi ceifada" e que o **comportamento da vítima** não contribuiu para o delito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Dessa forma, considero que apenas 3 das circunstâncias são desfavoráveis ao réu, quais sejam: a culpabilidade, intensa, uma vez que verifica-se que os réus praticaram o delito de forma cruel, persistindo em seu intento mesmo após a vítima ter corrido e caído ao chão com os primeiros ferimentos; as circunstâncias do delito, considerando que os réus foram à barraca em que o a vítima bebia, estando a mesma desarmada e sem dizer uma palavra agrediram-na com facadas; o comportamento da vítima, que não contribuiu para o delito.

Não podem ser valoradas negativamente ao réu: sua conduta social simplesmente pelo fato de o mesmo ter fugido após o crime; sua personalidade, uma vez que não há elementos nos autos para aferi-la; o motivo do crime, uma vez que este já foi considerado para qualificar o delito; a morte da vítima como consequência, uma vez que esta faz parte do tipo penal.

Sendo assim, sendo três as circunstâncias judiciais valoradas negativamente ao réu, diminuo a pena-base aplicada ao apelante de 18(dezoito) anos de reclusão para 16(dezesseis) anos de reclusão, que torno definitiva na ausência de agravantes e/ou atenuantes e causas de aumento e/ou diminuição. O regime inicial de cumprimento da pena será o fechado.

Posto isto, **dou provimento parcial ao recurso de apelação, tão-somente para diminuir a pena aplicada ao réu de 18(dezoito) anos de reclusão para 16(dezesseis) anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, mantendo incólume a decisão vergastada em seus demais termos.**

É como voto.

Recife 24 de 09 de 2013

JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000001-04.2002.8.17.0830 (0247490-8)

COMARCA: ITAPISSUMA - PE

APELANTE: JORGE DA SILVA SERAFIM

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

JORGE DA SILVA SERAFIM, insatisfeito com a sentença de fls 254/256 do Tribunal do Júri da comarca de João Alfredo interpõe recurso de apelação com arrimo no art. 593, III, "d", do CPP, alegando que a decisão é manifestamente contrária a prova dos autos.

Em suas razões recursais de fls 335/342, o apelante alega que a decisão proferida pelos jurados é manifestamente contrária a prova dos autos. Porquanto dissociada das provas carreadas. Nega a autoria e afirma que inexistente certeza de que o tenha cometido. Pleiteia a reforma da r. sentença para submeter o réu a novo julgamento, ou, alternativamente, a redução da pena ao patamar mínimo

Nas contrarrazões de fls 351/358, o apelado diz que não deve prosperar a tese do recorrente, porquanto a tese defensiva é totalmente contrária à prova dos autos. Aduz que depoimento de testemunha presencial aponta o apelante como autor do crime. Entende que a decisão não contrária dos jurados não está divorciada das provas dos autos. Pugna pelo não provimento do apelo e manutenção integral da sentença.

A Procuradoria de Justiça as fls 361/364, diz que as alegações do apelante não merecem prosperar. Em juízo a negativa de autoria não merece credibilidade. Entende que a decisão dos jurados não é manifestamente contrária, pois inexistem motivos para reforma da r. sentença, opinando pelo não provimento do apelo e manutenção integral da sentença.

De acordo com as prova testemunhal produzida em juízo durante o contraditório verifica-se evidenciado que o apelante juntamente com o outro corréu cometeu a conduta descrita no inciso II do § 2º do art. 121 do código penal.

Assim, alegação defensiva na merece prosperar, haja vista, que a decisão dos jurados guarda sintonia com as provas coligidas aos autos. O veredicto não se afasta do contido no caderno processual que aponta o apelante como coautor do crime de homicídio. A tese defensiva inexitosa não logrou demonstrar os fatos aduzidos nas razões do apelo.

A testemunha José Ferreira Filho em juízo a fl 56 disse que no dia do fato delituoso se encontrava em sua bodega; que a vítima e acusados depois de participarem de um bingo na cidade chegaram lá na sua bodega por volta das 19h00; que passado algum tempo e ainda existindo pessoas na sua bodega, estas viram o individuo correndo a uns 50 metros da sua bodega e se jogando no matagal; que na venda do seu Benedito este lhe disse que Jorge e Alexandre tinham furado a pessoa da vítima; que os acusados chegaram e de ímpeto já foram esfaqueando a vítima e que depois correram; que os acusados foram identificados como Alexandre e Jorge;

A testemunha Ediberto Mariano da Silva, disse a fl 57 que logo em seguida a pessoa de Jorge deu uma facada próxima ao pescoço da vítima e logo em seguida Alexandre desferiu outra facada na parte da frente do tórax da vítima; Que viu a cena e pediu que eles não fizessem mais aquilo; que a vítima aproveitou e pulou um murinho, tendo caído ao chão, onde os acusados aproveitaram e desferiram mais facadas; que os acusados fugiram de imediato;

A testemunha Benedito Antonio da Silva disse as fls 57/58 que quando aconteceu o fato delituoso estava na sua barraca quando então chegou a pessoa de Ito, pediu uma dreher e uma coca; que viu os acusados no momento da cena criminosa, ou seja, quando a vítima já tinha atravessado o murinho e que já estava no chão e os acusados investindo na vítima; que não houve nenhum tipo de discussão antes dos atos executórios;

De logo, verifica-se que a decisão dos jurados não está divorciada das provas dos autos. Portanto evidenciado que a tese defensiva sucumbiu diante da tese acusatória. E a versão que apresentou em juízo é contraditória cujos argumentos não foram corroborados pela prova coligida aos autos.

A prova testemunhal carreada aos autos é segura e incontroversa e credita a autoria delitiva ao apelante. Por oportunidade do interrogatório observa que os réus se acusaram mutuamente quando ouvido pelo juiz. Ambos tentam imputar um ao outro a autoria delitiva. Contudo, outros elementos existentes nos autos apontam a participação do apelante no cometimento do crime.

Na acareação a testemunha Antonio Marcos disse que não viu Jorge Furando a vítima no bar; que se Jorge furou a vítima foi depois que a vítima pulou o murinho; enquanto a testemunha do rol da denúncia Ediberto Mariano confirma o que declarou a fl 57; que presenciou quando Jorge deu uma facada próxima ao pescoço da vítima e Alexandre outra facada no tórax da vítima;

No caso em apreço, a análise das circunstancias judiciais do art. 59, do código penal são desfavoráveis em parte ao apelante, mas insuficiente para elevar à pena-base em seis anos acima do mínimo legal. Pois a dosimetria da pena-base exige razoabilidade e proporcionalidade na sua fixação.

É que na hipótese, a pena para o crime de homicídio qualificado por motivo fútil vai de 12 a 30 anos de reclusão. Então, considerando a fundamentação sucinta para a fixação da dosimetria da pena-base a nosso ver falta aptidão para elevar a pena base em seis anos da mínima cominada o tipo penal.

Ora, em que pese ser o crime qualificado é à míngua de atenuantes ou agravantes ou causas de diminuição ou de aumento da a ser considerada a pena-base não poderia ser fixada em patamar correspondente à metade da pena mínima cominada para o crime sem suficiente fundamentação. Neste ponto, entende-se que assiste razão ao apelante. A pena está exasperada e merece reparo.

Considerando que apenas em parte as circunstâncias judiciais do art. 59 do código penal é favorável ao apelante, reduzo do quantum que excede a dosimetria da pena em dois anos para fixar em 16 anos de reclusão em definitivo, que será cumprida no regime inicialmente fechado.

Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta e o entendimento esposado pelo eminente relator, dou provimento parcial ao apelo para reduzir a pena imposta do apelante para 16 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e manter na íntegra a sentença hostilizada.

É COMO VOTO